

CORREIO ECONÔMICO

Nova projeção federal amplia déficit primário para este ano

Segundo relatório, saldo negativo subiu de R\$ 9,3 bi para R\$ 14,5 bi



"Leão" abre consulta aos declarantes do Imposto de Renda

IR: Receita abre consulta ao primeiro lote de restituição

A partir das 10h dessa quinta-feira (23), a Receita Federal libera a consulta ao primeiro lote (dos cinco previstos) de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2023 para consulta pelos 5,6 milhões de contribuintes (incluindo aqueles do RS) que entregaram a declaração no ano passado. A previsão é de que o montante a ser pago pelo Fisco atinja R\$ 9,5 bi-

lhões. A maior parte dos contribuintes (2.595.933) é da faixa etária de 60 a 79 anos, seguida daqueles cuja fonte de renda é o magistério (1.105.772) e declarantes gaúchos (886.260). Na 4ª colocação, está o grupo de 787.747 contribuintes que usaram a chave Pix (CPF) e idosos acima de 80 anos (258.877); deficientes física/mental ou moléstia grave (162.902).

Consulta fácil

Para facilitar a consulta ao lote de restituição do IR, o contribuinte poderá acessar a página da Receita na Internet – clicando nos ícones “Meu Imposto de Renda” e “Consultar a Restituição” – ou consultar o aplicativo do órgão, disponível em tablets e smartphones.

Prazo de resgate

Na hipótese de a restituição não ter sido depositada na conta informada na declaração, os respectivos valores continuarão disponíveis para resgate por um período de até um ano, no Banco do Brasil. A recepção do crédito poderá ser agendada na conta bancária do contribuinte.



Equacionar soluções de privacidade é desafio para BC

Drex: novas ações do BC miram soluções de privacidade

“Incorporar novas funcionalidades e realizar novos testes, tendo em vista a evolução e maturação da plataforma”. Com essas novas ações, o Banco Central (BC) manifestou a expectativa, nessa terça-feira (22), de superar o impasse na solução de privacidade, na segunda fase de testes do projeto piloto do Drex

(real digital).

Caberá à infraestrutura de Tecnologia de Registro Distribuído (DLT), testar a adoção de smart contracts, criados e gerenciados por terceiros participantes da plataforma, para avaliação de casos de usos diferentes para o Drex, com base em requerimentos de privacidade previstos na legislação.

Pressão política

Mentor do critério de preço de paridade de importação (ppi) para o petróleo (como freio à ingerência política), o ex-presidente da Petrobras, Pedro Parente (gestão Temer) diz que a pressão política está na raiz da descontinuidade do planejamento da petroleira.

Era de transição

Ao destacar que o prazo para a transição energética do planeta tem sido encurtado pelos analistas internacionais, Parente alfineta: “Em nenhum país sério e desenvolvido, o governo tem a obrigação de garantir preços de petróleo”, ao comentar a ingerência política federal.

CVM multa

Condenadas por crimes contra o sistema financeiro nacional (pirâmide financeira de criptomonedas) – prejuízos de R\$ 7 bilhões – as Pessoas Jurídicas Atlas Quantum e Atlas Project foram multadas em R\$ 55,8 milhões pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Fake news

Sobre a punição aplicada pela autarquia, o diretor da CVM e relator do caso, Daniel Maeda, observa que “a divulgação contínua de informações falsas sobre a rentabilidade e desempenho das aplicações, visava enganar os investidores enquanto fosse possível”.

Por Marcello Sigwalt

A flagrante deterioração fiscal do país foi atestada pelo próprio governo, mediante a piora da projeção de déficit primário para este ano do governo central (que abrange as contas do Tesouro Nacional, Previdência e do Banco Central), que aumentou de R\$ 9,3 bilhões (na versão anterior) para R\$ 14,5 bilhões – o equivalente a 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) – o que estaria inserido na ‘margem de tolerância’ do arcabouço fiscal, conforme estabelece o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas relativo ao segundo bimestre (2B24), anunciado, em conjunto, pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda, nessa quarta-feira (22).

Na ocasião, interlocutores das respectivas pastas acentuaram que os R\$ 2,9 bilhões, atualmente bloqueados (por restrições das regras fiscais), poderão ser liberados, caso se confirme a ampliação, para R\$ 15,8 bilhões, do limite de



Divulgação

Aprofundamento da projeção de déficit primário confirma dados do mercado

despesas para 2024.

Levando em conta a última projeção oficial do Executivo, em março último, houve piora na previsão de déficit que, naquele mês, era de R\$ 9,3 bilhões, embora, como proporção ao PIB, não tenha havido alteração. Pelos termos do ar-

cabouço, a meta fiscal do ano (de déficit zero) contaria com uma banda de tolerância de 0,25% do PIB, ou aproximadamente R\$ 29 bilhões.

Se consideradas as verbas de R\$ 13 bilhões, que atendem o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul, o déficit des-

te ano atingiria R\$ 27,5 bilhões.

Já a receita líquida do governo – aquela que exclui transferências a estados e municípios – deve chegar a R\$ 6,3 bilhões (a R\$ 2,181 trilhões), ao passo que as receitas primárias vão exibir alta de R\$ 16 bilhões, para R\$ 2,704 trilhões.

Previsão para a Selic ratifica mercado

Marcando compasso com a previsão feita pelo mercado financeiro, por meio do boletim Focus – consulta semanal do Banco Central (BC) às 100 maiores instituições financeiras nacionais – a Fazenda e o Planejamento elevaram, de 9,63% ao ano para 10,31% ao ano a projeção da Selic (taxa básica de juros) para este ano.

Tal patamar é pouco inferior ao atual, de 10,50% ao ano – após o corte de 0,25 ponto

percentual (p.p.) dos juros básicos pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na semana passada. Esses novos parâmetros macroeconômicos foram indicados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre (2B24), divulgado nessa quarta-feira (22).

O documento ainda faz menção a outros indicadores relevantes para a economia nos próximos meses, a exemplo do câmbio médio, elevado de R\$

4,94 para R\$ 5,04; a massa salarial nominal, que cresceu de 9,84% para 10,46% e a expectativa para o preço médio do barril de petróleo no mercado internacional, ampliada de US\$ 80,70 para US\$ 82,65.

Na semana passada, a equipe econômica divulgou a nova projeção para o crescimento da economia neste ano, que passou de 2,2% para 2,5%. A projeção oficial para a inflação medida pelo IPCA passou de

3,50% para 3,70%, enquanto a estimativa para o INPC – utilizado para a correção do salário mínimo – passou de 3,25% para 3,50%.

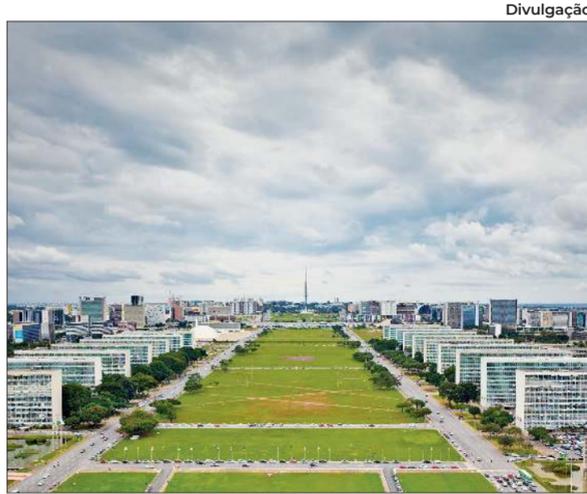
No campo das despesas, houve aumento de R\$ 3,5 bilhões (R\$ 917,8 bilhões) da previsão de gastos com os benefícios previdenciários; em pagamentos de pessoal e encargos sociais, houve recuo de R\$ 1,8 bilhão, para R\$ 372,8 bilhões. (M.S.)

Disputa política trava controle de gastos

Por Marcello Sigwalt

Uma ação mais efetiva para cortes de gastos mais expressivos, que requer vencer uma disputa política no interior do governo. Esta é a condição estabelecida por especialistas do mercado para que o governo federal trilhe um caminho consistente de equilíbrio fiscal, uma vez que, segundo eles, uma parte das despesas federais continua a ser subestimada.

Em que pese o fato de que a abertura de espaço extra no Orçamento pode permitir, eventualmente, o desbloqueio de despesas orçamentárias, o entendimento do mercado é no sentido de que o alívio trazido pela forte arrecadação acumulada no primeiro quadrimestre do ano (1Q24) – de R\$ 886,6 bilhões, crescimento real de 8,3%, no comparativo anual – pode ser um ‘estandarte político’ enganoso para o Planalto,



Divulgação

Questão política vem se sobrepondo à gestão econômica

em clima já pré-eleitoral.

A avaliação realista de analistas é de que, ao contrário do que parece, a arrecadação federal já se encontra em ritmo de desaceleração, haja vista a concessão do Executivo, que admitiu prorrogar, por 60 dias, a desoneração da folha de paga-

mento de 17 setores intensivos em mão de obra, ante à reação política muito negativa criada pela renitência do mandatário pela sua reoneração.

Tal alívio, este sim, para quem participa do mercado de trabalho, acabou sendo sancionado pela decisão do minis-

tro supremo (ex-advogado do mandatário petista) Cristiano Zanin, que sustou a liminar que suspendia a prorrogação do benefício fiscal. A medida representa uma renúncia fiscal de R\$ 3,2 bilhões aos cofres palacianos. Tal ‘perda’ terá de ser incorporada pelo Executivo, na avaliação do economista do BTG Pactual, Fábio Serrano.

Amenizando a ‘canetada xiita’, Zanin preferiu estabelecer um prazo ‘de transição’ de dois meses para que governo e Congresso encontrem uma solução definitiva para o projeto de lei destinado a disciplinar o tema. Negociação similar deve ter lugar, mas com relação aos municípios.

Segundo Serrano, “o mais prudente seria reservar para o ano todo (a perda de arrecadação), mas o governo não é obrigado, porque o que temos até agora é que a desoneração está valendo por 60 dias”.

Meta fiscal não deverá ser atingida

Por Marcello Sigwalt

A partir do segundo semestre (2S24) a perspectiva é de arrefecimento da atividade econômica e, por consequência, do nível da arrecadação, que deverá ficar mais moderada. “Quando chegar ali por junho, o desempenho da arrecadação já deve ser mais fraco”, aponta o economista-chefe do Banco BMG, Flavio Serrano, mesmo reconhecendo “os números po-

sitivos’ apresentados, ao longo do primeiro trimestre.

Como fatores para o bom desempenho da arrecadação, Serrano destaca a arrecadação com royalties advindos da exploração de itens como minério de ferro e petróleo. “Tivemos um ambiente favorável em termos de preço, mas com muita volatilidade. Isso coloca um pouco em dúvida se esse desempenho positivo vai se manter daqui para frente”, avalia.

Mesmo que projete um cenário positivo nas receitas, com leituras mensais de arrecadação federal apresentando ganhos reais, no comparativo anual, o economista-chefe do BMG entende que tal performance não deve ser suficiente para que o governo chegue, nem perto, da meta de déficit primário zero neste ano. “Continuamos vendo um déficit na casa de R\$ 90 bilhões, e não vamos mudar por enquanto”, afirma. “Até achei

que a parte dos gastos pudesse estar um pouco melhor, mas as despesas previdenciárias estão bem puxadas mesmo, por conta dos aumentos no salário mínimo”, argumentou.

Já o economista-chefe da Ativa Investimentos, Êtore Sanchez, observa que haverá arrefecimento da arrecadação federal nos próximos meses. “Exatamente por não termos novas rodadas de receitas extraordinárias”, sentencia.